

**A. I. N°** - 087034.0007/06-2  
**AUTUADO** - COMERCIAL DE MÓVEIS SANTO ESTEVÃO LTDA.  
**AUTUANTE** - OSMAR SOUZA OLIVEIRA  
**ORIGEM** - IFMT NORTE  
**INTERNET** - 27.04.06

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF N° 0089-02/06

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. ENTRADAS INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. É devido o pagamento na primeira repartição fazendária do percurso de entrada neste Estado, a título de antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias adquiridas para comercialização, não enquadradas no regime da substituição tributária. Exigência fiscal subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 10/01/2006, pela falta de recolhimento do ICMS na primeira repartição fazendária ou percurso, sobre mercadorias, adquiridas para comercialização, procedente de outra unidade da federação, por contribuinte descredenciado. Tendo sido lavrado o Termo de Apreensão de Mercadorias e de Documentos n° 210431.0007/05-4 para as mercadorias contidas nas notas fiscais n°s 258.893, 259.473, 258.902 e 603.319. Sendo cobrado o imposto no valor de R\$ 1.494,71 e aplicada a multa de 60%.

O sujeito passivo, tempestivamente, apresenta peça defensiva, fl. 23, aduzindo que em virtude de falta de sincronização de informações entre o SINTEGRA e o sistema da SEFAZ, a autuada foi considerada descredenciada a pagar o ICMS – Antecipação Tributária Parcial até a data prevista no RICMS-BA, dia vinte e cinco do mês subsequente às aquisições.

Acrescenta, a título de exemplo, que as mercadorias adquiridas nos dias 27 a 30 de novembro são recebidas e escrituradas nos primeiros dias do mês de dezembro do mesmo ano. Afirma que o SINTEGRA informado pelos fornecedores dessas mercadorias apresentam a data de emissão das notas, ou seja, 27 a 30 de novembro, enquanto que as informações e recolhimentos por parte do contribuinte, que recebeu tais mercadorias terão por base o mês de recebimento, o mês de dezembro e não o da emissão, consistindo, assim, um desencontro de informação. Assinala que o ônus decorrente está sendo atribuído ao contribuinte ao considerá-lo como devedor por parte de pagamento, já que todos os tributos foram pagos tempestivamente. Observa que tal procedimento não é correto, nem legal, existindo um equívoco de controle por parte da SEFAZ que está usando seu poder coercitivo para atribuir um ônus ao contribuinte.

Finaliza o autuado aduzindo que por esta razão é que fora autuado, requerendo a emissão do DAE para recolhimento do ICMS sem a multa, solicitando que as mercadorias sejam liberadas e que o presente Auto de Infração seja julgado improcedente.

O autuante ao proceder à informação fiscal depois de descrever a infração, assevera que o Auto de Infração fora lavrado no Posto Fiscal “João Durval Carneiro”, repartição fiscal intermediária, já que o contribuinte deixou de efetuar o pagamento na primeira repartição fiscal do percurso o que ensejou a cobrança do imposto com a multa. Observa ainda que efetuou consulta no sistema

de informação da SEFAZ, SCOMT, e através da Internet, conforme se verifica às fls. 5 e 6 do PAF, em que constatou encontrar-se o contribuinte descredenciado para Antecipação Parcial, pelo motivo de “omissão de pagamento”.

Conclui o autuante solicitando que o Auto de Infração seja julgado procedente.

#### **VOTO**

Trata-se de Auto de Infração, lavrado para exigir o recolhimento do ICMS referente a Antecipação Parcial na primeira repartição fazendária ou do percurso, sobre mercadorias para comercialização, adquiridas em outra unidade da federação por contribuinte descredenciado.

O autuado, em sua impugnação, fl. 23, atribui a lavratura do Auto de Infração, que decorreu pelo seu descredenciamento, a falta de sincronização de informação entre o SINTEGRA e a SEFAZ. Atribuindo ao desencontro entre as datas de emissão das notas fiscais de aquisição de mercadorias e as datas dos seus efetivos ingressos no estabelecimento e escrituração, o ônus que lhe está sendo aplicado através da infração, ora em questão. Assinala que tal procedimento não é correto nem legal, sem, contudo, apresentar especificamente infringência alguma que maculasse a ação fiscal que resultou no presente Auto de Infração.

Em suma, verifico que o autuado não carrou aos autos qualquer justificativa prevista na legislação ou elemento de prova capaz de elidir a acusação fiscal, ora em lide.

Constato que, efetivamente, o autuado encontrava-se descredenciado por “omissão de pagamento” e, portanto, obrigado na forma do art. 352-A do RICMS-BA/97, e da Portaria 114/04, a recolher a Antecipação Parcial na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso.

Ante o exposto, concluo dos exames realizados nas peças dos presentes autos, que restou efetivamente caracterizado o cometimento, por parte do autuado, da infração que lhe fora imputada, uma vez comprovado, estar o contribuinte descredenciado para o pagamento da exigência fiscal, em prazo ulterior.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **087034.0007/06-2**, lavrado contra **COMERCIAL DE MÓVEIS SANTO ESTEVÃO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 1.494,71**, acrescido da multa de 60%, prevista no artigo 42, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de março de 2006.

JOSÉ CARLOS BACELAR - PRESIDENTE

JOSE FRANKLIN FONTES REIS – RELATOR

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR